



ESTADO DE GOIÁS
AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A
ASSESSORIA JURÍDICA

Processo: 202300031001460

Nome: @nome_interessado_maiusculas@

Assunto: Análise e parecer jurídico da Minuta de Edital. Pregão Eletrônico (Tipo Menor Preço). Prestação de serviços gráficos, serigráficos e sinalização.

PARECER JURÍDICO AGEHAB/ASJUR-11798 Nº 37/2024

Ementa: Direito Administrativo. Licitações. Edital. Análise e parecer jurídico da Minuta de Edital. Pregão Eletrônico (Tipo Menor Preço por lote). Prestação de serviços gráficos, serigráficos e sinalização.

1. **RELATÓRIO**

1.1. Versam os autos sobre procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico, tipo menor preço por lote**, em curso nesta Agência Goiana de Habitação S/A (AGEHAB), que instrumentaliza a **contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, serigráficos e sinalização** para atender as necessidades desta empresa, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência (53589887), Anexo I do Edital, cujo valor total estimado relativo aos lotes I a VI corresponde a **R\$ 687.992,88 (seiscentos e oitenta e sete mil novecentos e noventa e dois reais e oitenta e oito centavos)**, incluindo todos os custos diretos e indiretos da prestação dos serviços/entrega dos materiais.

1.2. A Assessoria da Comissão Permanente de Licitação (ASCPL), por meio do DESPACHO Nº 138/2024/AGEHAB/ASCPL-20031 (56037235), solicita reanálise jurídica da legalidade do texto da minuta do Edital de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 000/2024, Tipo “Menor Preço por lote” e da minuta do contrato, nos termos do art. 21, alínea “j” e art. 34 do [Regulamento Interno De Licitações, Contratos E Convênios \(RILCC/AGEHAB\)](#).

1.3. Considerando que houve atualização dos documentos referentes ao Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e demais documentos, fica cancelado o PARECER JURÍDICO AGEHAB/ASJUR-11798 Nº 763/2023 (52590038), sendo este novo Parecer emitido em sua substituição.

1.4. Feitas essas considerações, a primeira observação e anotação recaem sobre os documentos juntados aos autos para fins de instrução processual, dos quais citam-se os de maior relevância na tabela a seguir:

DOCUMENTO	Identificação do documento (ID)
Estudo Técnico Preliminar 12	53589573
Termo de Referência	53589887
PESQUISA DE ITENS DE PRODUTO - COMPRASNET	49242311
PESQUISA DE ITENS DE PRODUTO - COMPRASNET	49242375
Pesquisa de Preço por Lote - comprasnet	49242432
Pesquisa de Preço por Lote - Banco de preços	49242497
Orçamento	49242920
Convite	49244070
Convite	49244217
Orçamento	49244470
Orçamento Flex Gráfica	49245589
Orçamento lote II	49245729
Orçamento banco de preços	49249918
Orçamento material serigráfico	49250148
Orçamento placa de sinalização	49250311
Orçamento Encadernação (49250420)	49250420
Orçamento Encadernação Capa Dura	49250527
Orçamento placa de inauguração	49250640
Orçamento Gil Gráfica	49250742
Orçamento TECMIDIA	49251035
Orçamento - Faixa	51924791
Banco de Preços - Faixa	51924852
Mapa Comparativo de Preços CESTA DE PREÇOS LOTE 1	53589131
Mapa Comparativo de Preços CESTA DE PREÇOS LOTE 2	53589198

Mapa Comparativo de Preços CESTA DE PREÇOS LOTE 3	53589261
Mapa Comparativo de Preços CESTA DE PREÇOS LOTE 4	53589338
Mapa Comparativo de Preços CESTA DE PREÇOS LOTE 5	53589401
Mapa Comparativo de Preços CESTA DE PREÇOS LOTE 6	53589464
Justificativa	49252613
Requisição de Despesa 16	53590085
Programa de Desembolso Financeiro - PDF	54553082
Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira - DAOF	54553139
DESPACHO Nº 4067/2023/AGEHAB/GEFIN-11808	54553742
Despacho 1439 (solicitação de autorização da presidência da AGEHAB)	53654991
Minuta de Edital	55927554
Minuta de Contrato	55927554 (anexo X)
Despacho 138/2024 - ASCPL	56037235

1.5. É a breve síntese dos fatos. Passa-se à análise jurídica suscitada.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Preliminarmente, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe, a esta ASJUR, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e da oportunidade dos atos praticados no âmbito desta AGEHAB, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

2.2. Nossa análise cinge-se na avaliação da legalidade e aprovação das Minutas do Edital do Pregão Eletrônico e do Contrato, com fulcro nos arts. 21, alínea “j” e 34 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, aprovado pela 99.ª Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da AGEHAB e publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás n.º 22.893, de 14 de Setembro de 2018. A íntegra do referido documento encontra-se disponibilizada para consulta no site da AGEHAB (www.agehab.go.gov.br), na aba – Acesso à Informação - Licitações.

2.3. O art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 impõe à Administração Pública que “(...) as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (...)”. Evidentemente, em se tratando de sociedade de economia mista e, portanto, integrante da Administração Indireta do Estado de Goiás, esta empresa possui o dever de licitar, nos termos do art. 28, da Lei n.º 13.303/2016.

2.4. Ressalta-se que, com o advento da Lei n.º 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, as licitações e Contratos realizados por esta AGEHAB deverão seguir o que dispõe a acenada lei. Entretanto, o procedimento licitatório analisado, por tratar-se de modalidade prevista em lei esparsa, deverá, concomitantemente, observar as normas previstas na Lei n.º 14.133/2021, que revogou a Lei n.º 10.520/2002, que tratava da modalidade de licitação denominada Pregão.

2.5. Referida anuência está sedimentada no art. 32, IV da Lei das Estatais, que expõe no aludido artigo a adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão. Assim sendo, o procedimento em análise observará além das disposições constantes na Lei n.º 13.303/2016, o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB - RILCC/AGEHAB, e subsidiariamente, no que couber, a Lei 14.133/2021 e o Decreto n.º 10.247/2023, uma vez que estas, estabelecem normas gerais de licitação e contratação na administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado de Goiás, não sendo o caso desta Sociedade de Economia Mista.

2.6. Nesse sentido, dispõe o art. 32 da Lei n.º 13.303/2016:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

(...)

IV - adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#), para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;

2.7. Nesse sentido, o art. 12 do RILCC – AGEHAB, prevê os seguintes procedimentos licitatórios, vejamos:

Art. 12. As licitações da AGEHAB, preferencialmente eletrônicas, poderão ser processadas com base nos seguintes procedimentos:

I. Licitação pelo rito da modalidade Pregão, presencial ou eletrônico;

II. Licitação pelo modo de disputa aberto;

III. Licitação pelo modo de disputa fechado.

2.8. Esclareça-se que, em 30 de dezembro de 2023, a Lei n.º 10.520/2002 foi revogada pela Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre o pregão como modalidade de licitação. Tem-se então, que a partir de 1º de janeiro de 2024, a Lei n.º 14.133/2021 passou a ter

aplicação às hipóteses onde antes a legislação previa a aplicação expressa às Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002. É o que dispõe o artigo 189 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 189. Aplica-se esta Lei às hipóteses previstas na legislação que façam referência expressa à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e aos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.

2.9. Desta feita, a partir da revogação da Lei nº 10.520/2002, o artigo 32, inciso IV da Lei nº 13.303/2016 que estabelece que a adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520/2002 e que constitui uma das diretrizes para a realização de licitações das empresas estatais, passa a ser interpretado/lido nos seguintes termos: "*adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*".

2.10. O pregão constitui modalidade de licitação obrigatória, prevista na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto. Por sua vez o parágrafo único do **artigo 12 do RILCC/AGEHAB**, esclarece que para a contratação de bens e serviços comuns - assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, a licitação pelo rito da modalidade de pregão é preferencial, podendo ser substituída pelos demais procedimentos, apenas mediante justificativa.

2.11. Cumpre anotar ainda que, no âmbito estadual, a modalidade pregão instituída na Lei nº 14.133/2021, foi regulamentada pelo **Decreto Estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023**, que aprovou o o regulamento da modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, pelos critérios de julgamento por menor preço ou maior desconto, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás.

2.12. Entretanto, há previsão expressa no § 3º do art. 1º do referido decreto, autorizando a sua aplicação, no couber, aos órgãos e entidades da administração não integrantes da administração direta, autárquica e fundacional, senão vejamos:

§ 3º Os órgãos e as entidades da administração pública não integrantes da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Goiás poderão adotar, no que couber, as disposições deste Decreto.

2.13. Assim, tendo em vista que a AGEHAB, integrante da administração indireta do Estado de Goiás, irá utilizar o novo Sistema de Logística do Estado de Goiás - SISLOG, instituído em substituição ao ComprasNet.GO, conforme Decreto nº 10.212, de 6 de fevereiro de 2023, serão observadas, no que couber, as disposições do Decreto Estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023.

2.14. De acordo com o Termo de Referência, a presente demanda, visa a contratação de empresa para prestação de serviços gráficos, serigráficos e sinalização para atender as necessidades desta empresa, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência (53589887), Anexo I do Edital.

2.15. Juntou-se aos autos Estudo Técnico Preliminar (53589573), que é o documento que integra a fase de planejamento das contratações públicas e tem o objetivo de demonstrar a real necessidade da contratação, analisar a viabilidade técnica de implementá-la, bem como instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

2.16. A justificativa da necessidade da contratação está consubstanciada no Termo de Referência (53589887), nos seguintes termos:

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação de empresa em impressões de material gráfico, serigráfico e de sinalização, além de produção de fotolito, editoração, prova impressa, e outros, justifica-se devido a necessidade da AGEHAB em atualizar seus materiais institucionais, contendo o logotipo da AGEHAB e do Governo de Estado, para que sejam divulgados em eventos organizados por esta Agência.

5.2. Justifica-se ainda, que os referidos serviços serão destinados ao atendimento ao público externo durante os eventos realizados pela AGEHAB, e ainda, quanto a sinalização dos espaços físicos de ordem desta Agência.

5.3. Quanto à Reserva de Cotas foram observadas os diversos tipos de serviços e sua parametrização preservando a competitividade do certame, em observância a isonomia e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.17. Quanto à regularidade da fase preparatória da contratação, é necessária a análise dos atos do procedimento com base no **art. 21 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB**, vejamos:

Art. 21. A fase preparatória da contratação será instruída em processo administrativo protocolizado e numerado, com os seguintes documentos:

- a) pedido de licitação ou solicitação de material;
- b) aprovação da autoridade competente para início do processo, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para a AGEHAB;
- c) juntada ao procedimento do projeto básico ou termo de referência, conforme o caso, que deverá contar com a realização dos levantamentos, estudos, pesquisas e exames necessários visando a identificação do objeto, prazos, termos e condições mais adequados para sua execução em face da necessidade a ser atendida;
- d) estimativa do valor da contratação, mediante comprovada pesquisa de mercado, na forma prevista neste Regulamento;

- e) indicação dos recursos orçamentários;
- f) juntada do projeto executivo, caso o mesmo já tenha sido elaborado, ficando dispensado quando sua elaboração ficar a cargo da contratada;
- g) definição do critério de julgamento e do regime de execução a serem adotados;
- h) definição de direitos e obrigações das partes contratantes;
- i) elaboração da Minuta do instrumento convocatório e do Contrato, quando for o caso da não utilização dos editais e Minutas padrão, ou preenchimento das Minutas padronizadas;
- j) aprovação da Minuta do instrumento convocatório e de seus anexos pela assessoria jurídica da AGEHAB, quando não forem utilizadas as Minutas padronizadas.

2.18. De acordo com o apresentado nos autos, o procedimento licitatório foi regularmente instruído em processo administrativo protocolizado e numerado. O pedido de licitação foi materializado no DESPACHO Nº 196/2023/AGEHAB/GECOM-20037 (52012808), conforme exigência da alínea "a". Verifica-se também que foi colhida a aprovação da autoridade competente da AGEHAB para o início do processo licitatório, conforme autorização constante na Requisição de Despesa nº 16/2023 - AGEHAB/GECOM-20037 (53590085), atendendo ao disposto na alínea "b".

2.19. A alínea "c" foi atendida com a juntada do Termo de Referência (53589887), bem como pelos Estudos Técnicos Preliminares (53589573).

2.20. **Vale ressaltar que as informações de quantidade, qualidade e especificações técnicas dos produtos/serviços constantes do Termo de Referência, são de responsabilidade exclusiva de seu subscritor, não cabendo a esta Assessoria Jurídica a análise de tais aspectos.**

2.21. A estimativa do valor da contratação, alínea "d", foi obtida considerando-se os parâmetros dispostos no art. 30, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, empregados de forma combinada, conforme justificativa da GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E EVENTOS (49252613), nos seguintes termos:

A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no art. 30, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, empregados de forma combinada: prioritariamente, foram consultados os preços através do sítio "banco de preços", uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública.

Além disso foi utilizada a pesquisa no sistema ComprasnetGo, do Governo do Estado de Goiás.

Com relação à pesquisa direta com fornecedores não fora possível a obtenção de 03 orçamentos junto ao mercado para composição da Cesta de Preços, por falta de retorno por parte das empresas consultadas/convidadas, conforme se observa dos convites enviados, evento SEI nº 49244070.

Diante do exposto, esta Gerência observa-se que mesmo não atingindo o número de três empresas para cada lote, a pesquisa de mercado não inviabiliza a cesta de preços, tendo em vista que os critérios do art. 30 foram preenchidos.

2.22. Assim sendo, tem-se que a estimativa de valor realizada pela GECOM/AGEHAB, está em consonância com o disposto no art. 30 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, o qual, convenientemente, cita-se:

Art. 30. A estimativa do valor do objeto da contratação no caso de aquisições ou de contratação de serviços que não se enquadrem no artigo anterior será realizada a partir dos seguintes critérios:

- I. Pesquisa em portais de compras da Administração Pública;
- II. Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- III. Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;
- IV. Pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

2.23. Ademais, o setor solicitante, em consonância também ao que dispõe o art. 31 da Lei nº 13.303/2016, deve buscar no procedimento licitatório a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, observando os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

2.24. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente da AGEHAB, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

2.25. Quanto a indicação dos recursos orçamentários, alínea "e", foram acostados a Requisição de Despesa 16 (53590085), o Programa de Desembolso Financeiro - PDF (54553082) e Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (54553139). Ausentes contudo, a manifestação da Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), que deverá ser providenciado.

2.26. Quanto à juntada do Projeto Executivo, alínea "f", verifica-se que não será necessária sua elaboração, tendo em vista que NÃO SE TRATA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

- 2.27. O critério de julgamento foi definido na Cláusula Segunda do Edital, como sendo o de **menor preço por lote**, igualmente, o regime de execução, está especificado no item 9 do Termo de Referência (53589887), atendendo desta feita a alínea “g”.
- 2.28. Os direitos e obrigações das partes contratantes foram definidos no Termo de Referência, itens 20 e 21 (53589887), bem como na Minuta do Contrato (55927554 Anexo X), atendendo, portanto, ao disposto na alínea “h”.
- 2.29. As Minutas do instrumento convocatório e do Contrato previstas na alínea “i”, foram devidamente elaboradas pela Comissão Permanente de Licitação da AGEHAB, conforme se observa nos ids. (55927554 e 55927554 Anexo X).
- 2.30. Quanto à aprovação da Minuta do instrumento convocatório e de seus anexos pela assessoria jurídica da AGEHAB, alínea “j”, está sendo atendido por meio do presente Parecer.
- 2.31. Nesse sentido, verifica-se que foram atendidos os requisitos do art. 21 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, estando a fase preparatória em conformidade ao que determina a legislação vigente.
- 2.32. Ressalta-se que ainda NÃO foi anexada aos autos a Portaria que designou o Pregoeiro e sua equipe de apoio, assim em observância ao art. 21, parágrafo único, alínea “b” deve ser anexada a referida documentação.
- 2.33. O art. 34 da Lei 13.303/2016 dispõe que o **valor estimado do contrato** a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista **será sigiloso**, inobstante, terem sido omitidos os valores dos itens na minuta do Edital, no Termo de Referência (anexo I do Edital) e na minuta do contrato, os valores estimados do contrato ainda constam no Anexo II do Edital, devendo também serem omitidos.
- 2.34. Cumprе ressaltar que a informação relativa ao valor estimado do objeto da licitação, ainda que tenha caráter sigiloso, será disponibilizada aos órgãos de controle externo e interno, devendo a empresa pública ou a sociedade de economia mista registrar em documento formal sua disponibilização aos órgãos de controle, sempre que solicitado

2.35. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP).

- 2.35.1. Atinente, à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, verifica-se nas subcláusulas 3.5, 3.6, 4.5 e 6.12 do Edital estão previstas as condições de participação e do tratamento diferenciado concedido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 2.35.2. Ressalta-se ainda que em atendimento ao art. 28, § 1º da Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre a observância das disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nas licitações realizadas pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, foram reservados os lotes II, III e IV exclusivamente para participação de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme determina o art. 48, III da LC nº 123/20206.

2.36. **Quanto à Minuta do Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n.º 000/2023 (55927554)**, observa-se, salvo melhor juízo, estarem presentes os requisitos estabelecidos no **art. 32 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB - RILCC**, de acordo com o quadro abaixo:

Exigência legislativa:	Observado na minuta do Edital
Artigo 32 do RILCC – AGEHAB - O instrumento convocatório conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a menção da legislação aplicável, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta;	Preâmbulo
I. O objeto da licitação;	Cláusula Primeira
II. A forma de realização da licitação, eletrônica ou presencial;	Cláusula Segunda
III. O modo de disputa, aberto, fechado ou combinado, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;	Cláusula Segunda
IV. O prazo de apresentação de propostas;	Cláusula Segunda
V. Os requisitos de conformidade das propostas;	Cláusula Quarta e Cláusula Quinta
VI. Os critérios de julgamento e os critérios de desempate;	Cláusula Sétima e Cláusula Sexta
VII. Sem prejuízo do sigilo do valor orçado, que será mantido até o momento definido no edital, o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência;	Cláusula Segunda, item 2.6
VIII. Os requisitos de habilitação;	Cláusula Quarta e Cláusula Oitava
IX. Exigências, quando for o caso: a) de marca ou modelo; b) de amostra; e c) de certificação de qualidade do produto ou do	Não se aplica

processo de fabricação como requisito para aceitação das propostas na licitação;	
X. O prazo de validade da proposta;	Cláusula Quinta, item 5.7.1
XI. Os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações, recursos e contrarrazões;	Cláusulas Décima Terceira e Cláusula Nona
XII. Os prazos e condições para a entrega ou execução do objeto;	Cláusulas Décima Primeira (subcláusula 11.5)
XIII. As formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso;	Cláusulas Décima Primeira (subcláusulas 11.6 a 11.8)
XIV. A exigência de garantias e seguros, quando for o caso;	não se aplica
§ 1º. ANEXOS:	
I. O termo de referência, o Termo de Referência ou executivo, conforme o caso;	53589887
II. A minuta do contrato, quando for o caso;	55927554 Anexo X
III. Cláusulas e obrigações mínimas do documento que substitui o contrato, se for o caso;	Não se aplica
IV. As especificações complementares e as normas de execução.	_____

2.37. **Quanto à minuta do Contrato** (55927554 Anexo X), dispõe o art. 132 do RILCC – AGEHAB, que o contrato é o meio no qual se materializa a vontade das partes e deve estabelecer com clareza e precisão as cláusulas mínimas definidas no art. 69, da Lei n.º. 13.303/2016. Neste sentido, confrontando-se os dispositivos da Lei com as Cláusulas da minuta do Contrato anexada aos autos, pondera-se:

Cláusulas obrigatórias	Observação
Art. 69. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei. (Lei 13.303/2016)	
I - o objeto e seus elementos característicos;	Atendido Cláusula Primeira
II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;	Atendido. Cláusula Segunda
III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;	Atendido Cláusula Sétima e Oitava
IV - os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento;	Atendido Cláusula Segunda e Terceira
V - as garantias oferecidas para assegurar a plena execução do objeto contratual, quando exigidas, observado o disposto no art. 68;	não foi exigida
VI - os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;	Atendido Cláusula Décima e Décima Primeira (Direitos e responsabilidades das partes) Cláusula Décima Terceira (Das Sanções).
VII - os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos;	Atendido Cláusula Décima Quarta (Da Rescisão) Cláusula Décima Quinta (Da Alteração Contratual).
VIII - a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;	Atendido Cláusula Do Fundamento Legal
IX - a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;	Atendido Cláusula Décima, item 10.10
X - matriz de riscos.	Não consta

2.38. Serão sugeridas adequações pontuais na redação de algumas cláusulas contratuais, objetivando um maior detalhamento das mesmas, as quais serão especificadas no rol das RECOMENDAÇÕES.

2.39. Por fim, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, incumbe a esta ASJUR, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e da oportunidade dos atos praticados no âmbito da AGEHAB, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

3. RECOMENDAÇÕES:

3.1. QUANTO À MINUTA DO EDITAL:

- 3.1.1. **Recomenda-se** adequar o anexo II da minuta do Edital, para suprimir o valor estimado do objeto da licitação em tela, conforme determina o artigo 34 do RILCC/AGEHAB.
- 3.1.2. **Recomenda-se** que nas subcláusulas 4.2, 5.1.1, 5.7.2, 6.3.2, 6.3.3, 6.4. 6.8, 7.5, 7.14 onde há referência ao item 2.8 do Edital, seja alterado para item 2.7 do Edital.
- 3.1.3. **Recomenda-se** corrigir a referência à "subcláusula 8.5", aposta na subcláusula 8.9.1.
- 3.1.4. **Recomenda-se** excluir a subcláusula 3.10 e 4.4, por ausência de previsão na Lei nº 13.303/2016 e no RILCC/AGEHAB.
- 3.1.5. **Recomenda-se** excluir as subcláusulas 5.3.1 e 5.3.2, uma vez que a isenção de ICMS ali mencionado não se aplica à AGEHAB.
- 3.1.6. **Recomenda-se** excluir a subcláusula 5.6, uma vez que o IRRF nas contratações da AGEHAB (Empresa Estatal Dependente) permanecem sob a titularidade da União, conforme Parecer da ASJUR nº 558/2022, id. (000033217353).
- 3.1.7. **Recomenda-se** excluir/ajustar as cláusulas, subcláusulas, que fazem referência ao regime tributário das empresas licitantes ou à possibilidade de retenção do Imposto de Renda, uma vez que estas cláusulas, são decorrentes de normas que se aplicam aos órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e Autarquias e não se aplicam à AGEHAB, que é uma sociedade de economia mista dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- 3.1.8. **Recomenda-se** excluir a referencia feita à Lei nº 8.666/93 presente na subcláusula 8.6.2, devendo constar que a não regularização do documento no prazo estipulado pelo edital implica decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções "previstas neste Edital".
- 3.1.9. **Recomenda-se** que no item 9.10, seja feita a substituição da menção ao artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021 pelo artigo 76 do RILCC/AGEHAB.
- 3.1.10. **Recomenda-se** excluir a Cláusula Décima Segunda (manter somente a Cláusula Décima Quinta), que trata do mesmo assunto (Das Sanções Administrativas).
- 3.1.11. **Recomenda-se** a alteração do item 15.1 da Cláusula Décima Quinta, a fim de constar a redação expressa do art. 175 do RILCC da AGEHAB.
- 15.1. Constituem ilícito administrativo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a prática dos atos previstos no art. 175 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB (RILCC da AGEHAB), dentre outras previstas em lei, a CONTRATADA que:
- I. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
 - II. Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela AGEHAB;
 - III. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
 - IV. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - V. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
 - VI. Incurrir em inexecução contratual.
 - VII. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos.
- 15.1.2. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.
- 3.1.12. **Recomenda-se** adequar a redação da Cláusula Décima Terceira do Edital, (Da Impugnação ao Edital) nos seguintes termos:

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, e o pedido deve ocorrer em até 3 (três) dias úteis, antes da data fixada para a abertura da sessão pública, em campo próprio do sistema eletrônico.

3.1.13. **Recomenda-se** adequar a Cláusula Décima Quinta (Dos Recursos Financeiros) tendo em vista que a AGEHAB não possui recursos próprios, mais sim dotação orçamentária.

3.1.14.

3.1.15. **Recomenda-se** verificar a numeração das Cláusulas tendo em vista a ocorrência de cláusulas com a mesma numeração (Décima Quinta)

3.2. **QUANTO À MINUTA DO CONTRATO:**

3.2.1. Cláusula Do Fundamento Legal: proceder as alterações abaixo especificadas:

DE:

O presente contrato é oriundo da licitação **PREGÃO ELETRÔNICO nº 000/2024** do Processo nº 202300031001460, Proposta de Preços apresentada em ___ / ___ /2024; e às determinações das Leis Federais nº 13.303/16, de 30 de junho de 2016; 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Federal 14.133/2021 de forma subsidiária; Lei Complementar Federal nº 117/2015, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015; Lei Estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012; Decretos Estaduais Ns 7.468, de 20 de outubro de 2011 e 7.466, de 18 de outubro de 2011; o Decreto Federal n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e o Decreto Estadual n.º 7.437, de 06 de setembro de 2011; Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB e Instrução Normativa SEGPLAN nº 004, de 07 de dezembro de 2011 (CADFOR), e suas posteriores alterações.

PARA:

O presente contrato é oriundo da licitação **PREGÃO ELETRÔNICO nº 000/2024** do Processo nº 202300031001460, Proposta de Preços apresentada em ___ / ___ /2024; e às determinações das Leis Federais nº 13.303/16, de 30 de junho de 2016, pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás em 02/03/2020, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Complementar Estadual nº 117/2015, Decreto Estadual 7.466/2011, Decreto Estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023 e Lei 14.133/2021, de forma subsidiária, nas hipóteses permitidas pela Lei 13.303/2016 e e Instrução Normativa SEGPLAN nº 004, de 07 de dezembro de 2011 (CADFOR), e suas posteriores alterações.

3.2.2. Cláusula Quarta: item 4.3:

4.3. A Contratada ~~fica obrigada a~~ **poderá** aceitar os **acréscimos ou supressões** que se fizerem necessários na execução do objeto da presente licitação, **até o limite de 25%**.

3.2.3. Cláusula Oitava (DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE), item 8.5: recomenda-se fixar o índice de reajuste que será aplicado após o período inicial de 12 meses.

Sugestão: Os preços serão fixos e irremovíveis pelo período de 12 (doze) meses contados da data limite para a apresentação das propostas. Após este período será utilizado o IPCA (IBGE) como índice de reajustamento.

3.2.4. Cláusulas Décima: alterar o título da referida Cláusula para: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

10. Além das obrigações resultantes da Lei 13.303/2016 e do RILCC da AGEHAB, a CONTRATADA se obriga a:

(...)

Acrescentar as obrigações constantes dos itens 20.17 a 20.19 do TR, bem como ajustar a redação de alguns itens para a redação constante no TR.

3.2.5. Cláusulas Décima Primeira: alterar o título da referida Cláusula para: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

3.2.6. Cláusula Décima Segunda:

DE

12.1. Os casos omissos serão resolvidos segundo as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB e na Lei Federal nº 13.303/2016 e, conforme o caso, subsidiariamente na Lei Estadual nº 17.928/2012, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações posteriores.

PARA

12.1. Os casos omissos serão resolvidos segundo as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB e na Lei Federal nº 13.303/2016 e, conforme o caso, subsidiariamente na Lei Estadual nº 17.928/2012, Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações posteriores.

3.2.7. Cláusula Décima Terceira - Das Sanções:

13.1. Constituem ilícito administrativo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a prática dos atos previstos no art. 175 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB (RILCC da AGEHAB), dentre outras previstas em lei, a CONTRATADA que:

(...)

3.2.8. **Recomenda-se** corrigir o quantitativo dos lotes e itens indicados na minuta do contrato, adequando-os àqueles indicados no Termo de Referência e na minuta do Edital.

3.3. **Recomenda-se** que sejam observados e atendidos, no momento oportuno, todos os requisitos legais atinentes a instrução deste Processo Administrativo, arrolados no Parágrafo Único do art. 21 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, especialmente no que se refere à juntada de Portaria designando Pregoeiro e sua equipe de apoio;

3.4. **Recomenda-se** que sejam observados e atendidos, no momento oportuno, todos os requisitos legais atinentes a DIVULGAÇÃO e a PUBLICAÇÃO respectivamente, expressos nos arts. 35 e 36 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da AGEHAB, e no caso específico do Pregão Eletrônico, os arts. 14 a 16 e art. 21 do Decreto Estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023. Ressalte-se que devem ser observadas as especificidades que se aplicam neste caso concreto, ou seja, licitação na modalidade: pregão eletrônico, critério de julgamento: menor preço por lote.

4. CONCLUSÃO

4.1. Destarte, ressalta-se que a presente manifestação cinge-se a este processo administrativo e o pronunciamento jurídico ora ofertado se ampara na documentação que o integra até o presente momento, sendo aqui tomados por pressupostos de veracidade. A responsabilidade pelos aspectos fáticos e outros consistentes em elementos extrajurídicos repousa inteiramente sobre os responsáveis pelas manifestações correspondentes, pois escapam à competência atribuída a esta especializada.

4.2. Ante o exposto, opina-se pela viabilidade jurídica da Minuta do Edital e do Contrato (55927554 e 55927554 Anexo X), sob a perspectiva exclusivamente jurídica, desde que atendidas as recomendações traçadas na presente manifestação.

4.3. É o parecer, s.m.j., que segue para conhecimento e aprovação da chefia desta Assessoria Jurídica (ASJUR). Após, **restituem-se os autos à Assessoria da Comissão Permanente de Licitação (ASCPL)** para as providências cabíveis.

ASSESSORIA JURÍDICA DO(A) AGENCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, aos 29 dias do mês de janeiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **JULYANA MASAE KUNIYOSHI SAGAWA, Procurador (a)**, em 30/01/2024, às 16:52, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ANA REGINA DE ALMEIDA, Procurador (a)**, em 30/01/2024, às 16:54, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MAURO MARCONDES DA COSTA JUNIOR, Procurador (a) Chefe**, em 30/01/2024, às 16:56, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **56044956** e o código CRC **17E2B730**.

ASSESSORIA JURÍDICA

RUA 18-A Nº 541, - Bairro SETOR AEROPORTO - GOIANIA - GO - CEP 74070-060 - (62)3096-5007.



Referência: Processo nº 202300031001460



SEI 56044956